

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária de Oliveira do Hospital
Circulo: Coimbra
Sessão: Escolar

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

A tentação para questionar as formas de actuação do Estado Providência é perigosamente utilizada nos períodos críticos de crise e instabilidade. Nas áreas da Educação, o desafio para o futuro é efectivamente o de criar mecanismos de reintegração da Escola Pública no contexto da credibilidade do ensino, sendo necessário promover um ensino público não confessional que contribua para a formação de espírito democrático, pluralista, crítico e criativo. Contudo, o triângulo do conhecimento de que fala o Conselho de Comissão Europeia sobre a educação e formação, não se coaduna com políticas de formação para a certificação duvidosa, sendo necessário um ensino sério e real, que promova constantemente a renovação das competências dos formadores. Neste sentido, a redução burocrática vem gerar um acréscimo de tempo que é indispensável à verdadeira função de docência para com os discentes, o que trará consequências muito positivas no nível de tempo dispensado à actualização dos conteúdos e à formação das áreas digitais.

Importante também, quer no ensino básico ou secundário, é a função da educação na vida prática dos estudantes. Engane-se quem vir na proposta número três um ataque ao carácter democrático da escola. Entendemos, todavia, que um Estado democrático e justo só se atingirá quando os índices de formação forem autênticos e quando acrescentarem educação cívica e moral ao discente, devendo inclusivamente servir de alavanca para a alteração do status quo do mesmo. Educação é fundamentalmente sinónimo de inclusão. É urgente renovar o carácter artificial da educação portuguesa, remetendo-a para um estilo mais pragmático e realista, que garanta a promoção de competências e qualidades na prestação de serviços educativos.

Motivo de preocupação é também o Ensino Superior. O sistema de ensino superior passou de cerca de 30.000 estudantes nos anos 60, para cerca de 400.000 em 2001, o que demonstra um crescimento acelerado da população estudantil tendo como referência a evolução em outros países europeus durante o mesmo período. De facto, a formação superior generalizada acrescenta competitividade e dinâmica social, mas também elevados índices de desemprego, que em 2008 atingiam os 65 mil licenciados. Assim, as competências e qualificações são factores fundamentais para a empregabilidade, elevando a fasquia do Bacharelato e da

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Licenciatura. A conclusão a retirar é a de que o Ensino Superior precisa de se tornar progressivamente mais exigente, mantendo a democratização mas refutando a vulgarização. Neste contexto, faz todo o sentido alinhar os valores de entrada nas Faculdades, garantindo que só os melhores têm acesso ao Ensino Superior Público e proporcionando uma selecção criteriosa dos candidatos, restabelecendo a credibilidade da Licenciatura como grau de formação superior que garanta possibilidade de empregabilidade.

Sendo a base do carácter sociológico do País, é necessário que a educação se exprima pela garantia do desenvolvimento global da personalidade, do progresso social e da democratização da sociedade.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Estandarização do valor percentual para o peso das provas de ingresso no acesso ao Ensino Superior em 40% de forma a fazer uma selecção criteriosa e idónea dos alunos candidatos e, conseqüentemente, a restabelecer a credibilidade da Licenciatura nos meios da empregabilidade.

2. Redução da função burocrática do corpo docente através de orientações que regulem a actualização de conteúdos programáticos e a formação nas áreas digitais – que constituem hoje o desafio dos formandos no que diz respeito à criação de um sistema escolar atractivo.

3. Substituir a acção de orientação do Ensino Público para a certificação e estudos estatísticos por um sistema de ensino real e pragmático, cuja incidência na língua materna e na formação cívica/pessoal venha trazer resultados verdadeiros no status quo da população portuguesa.